

Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-33)**

1. A reorganização de 1929 ocupa na história do PCP um lugar-chave. Ocorrendo, por um lado, em pleno desenvolvimento do processo de fascização em Portugal, ela vem a significar a constituição daquele Partido Comunista que pelas décadas seguintes constituirá o núcleo principal da oposição antifascista: tem nesse aspecto um papel fundador na conti-

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

** Este texto *não é* uma história nem uma síntese da história do PCP nos anos de 1931-33:

- a) Porque deixa de lado aspectos *essenciais* da actividade do Partido, antes de mais, e sobretudo, a actividade sindical, que constitui, possivelmente (é, pelo menos, a opinião de Bento Gonçalves), o aspecto mais importante e a contribuição mais duradoura da reorganização de 1929 para o movimento operário português; além disso, nada explica sobre a organização do Partido, nada diz sobre as organizações afins, como o Socorro Vermelho, não analisa a sua composição social, etc.;
- b) Porque praticamente «salta», de forma aliás óbvia, o ano de 1932;
- c) Porque não analisa o contexto da história social e política portuguesa em que o Partido se move, a não ser incidentalmente.

Procurou-se simplesmente, na base de alguns documentos até hoje pouco conhecidos, dar uma caracterização parcelar e colocar um problema relativamente à operância e aos efeitos da reorganização de 1929. Esta é geralmente encarada como a aquisição duma consciência política elaborada e homogénea — o marxismo-leninismo — para o Partido Comunista e, a prazo, para o movimento operário português. Sem pôr em causa que, ao fim e ao cabo, tenha sido assim, procurou-se trazer alguns elementos a mostrar como o processo foi contraditório.

A questão-base é, no fundo, a mesma que sempre preocupou Bento Gonçalves, a saber, a subsistência no movimento operário português, inclusive comunista, de ideologias e práticas da tradição pequeno-burguesa, como as que o dominaram no período da I República, e o processo da sua superação.

Uma determinação minimamente exacta desse problema exige muito mais informações não só sobre a história do PCP, como, em geral, sobre a da sociedade portuguesa. Esse desconhecimento, este texto não o supre, e também por isso deve ser encarado mais como hipótese que outra coisa.

Queremos, finalmente, chamar a atenção para o facto de haver no texto, fundamentalmente, duas partes — uma, mais documentada, que corresponde ao ano de 1931, outra que se limita a colocar, na base dalguns documentos, «elementos» duma evolução. Não será de mais frisar que sobretudo essa última parte (pontos 6 a 8) visa *apenas* colocar uma hipótese sobre que tencionamos trabalhar.

nuidade histórica e no sentimento de identidade do PCP actual. Por outro lado, expressão portuguesa da resposta do movimento operário às condições da crise mundial, ela está estreitamente ligada à nova fase em que, ao nível internacional, o movimento comunista então entra: a fase daqueles «anos de ferro», na expressão de Togliatti, que precedem e integram a segunda guerra mundial.

Se exceptuarmos as indicações sumárias que Bento Gonçalves fornece em *Duas Palavras*, são ainda hoje escassos, para o historiador, os elementos que permitam definir precisamente as condições em que ocorre a reorganização e os resultados imediatos a que conduz nos anos de 1929 e 1930. O Partido conta então ainda com um número reduzido de elementos (que Bento Gonçalves cifra em 130 no final daquele último ano, essencialmente localizados em Lisboa). A sua actividade de imprensa reduz-se à publicação d'*O Proletário*, que, apesar de conter muitas informações sobre a actividade sindical, do ponto de vista da sua expressão política tem todas as limitações de um jornal visado pela Censura.

A partir de 1931 dispõe-se de condições mais favoráveis para conhecer a actividade e orientações do Partido. Ao seu crescimento numérico (nos fins de 1931 contaria já com cerca de 700 filiados)¹, o que reflecte e possibilita uma maior influência política, acrescenta-se a publicação regular dos seus órgãos ilegais, principalmente o *Avante!* e *O Jovem* (órgão central da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas). Torna-se assim mais fácil acompanhar a sua linha política e a tradução prática dessa linha nos acontecimentos em que o Partido influi.

2. O PCP de 1931 surge-nos, antes de mais, como um partido essencialmente voltado para a agitação. Esta prioridade da agitação é explicitamente definida num artigo do n.º 2 do *Avante!*² e vê-se concretizada na importância que em geral a imprensa do Partido dá a todos os episódios de manifestação e agitação de rua — sobretudo quando ela propicia a confrontação física entre as massas populares e o aparelho repressivo. É o caso, por exemplo, das manifestações do 1.º de Maio desse ano, consideradas pelo *Avante!* «uma página brilhante na luta do proletariado contra a burguesia». Como jornada de agitação, o 1.º de Maio de 1931

¹ Segundo testemunho oral, em 3 de Novembro de 1980, de um dirigente do PCP nessa época, Manuel Alpedrinha. Também num relatório interno apresentado em Fevereiro de 1933 à direcção do Partido pelo «filiado n.º 161» se pode ler:

Em fins de 1931, a nossa organização atingiu o máximo de desenvolvimento que até hoje tem tido no nosso país. O número de simpatizantes crescia de dia para dia de uma maneira animadora e muitos dos nossos camaradas previam para breve uma organização potente e desenvolvida.

² «Situação e tarefas do nosso Partido», in *Avante!*, n.º 2, de 8 de Março de 1931, p. 4:

Esta fase de terror branco que, como regra geral do fascismo, no nosso país segue ligada ao exacerbar das contradições do capitalismo e dos antagonismos de classe, isto é, ao recrudescimento da crise nacional económica e ao despertar das massas para a luta — paralelamente ao temperar do nosso Partido para a direcção do proletariado nas lutas próximas —, põe entre nós uma série de problemas tácticos, de propaganda, de agitação e de organização.

No número destas tarefas imediatas, a questão do prosseguimento, sem perda dum ritmo veloz, da agitação de massas, não importa que dentro do ambiente do fascismo mais concentrado, aparece em primeiro lugar.

revestiu efectivamente dimensões invulgares, quer pela participação nas greves e manifestações desse dia, quer pela violência do choque com as forças de repressão, que só em Lisboa provocou quatro mortos e duas dezenas de feridos³. Já anteriormente, para comemoração do Dia Internacional dos Desempregados, o Partido projectara realizar a 25 de Fevereiro manifestações de protesto contra o desemprego, que a Polícia conseguiu porém desarticular⁴. Temos, além disso, conhecimento dos preparativos feitos para a realização em Portugal da Jornada Internacional da Juventude, que acabou por ser anulada em virtude da eclosão da revolta republicana de 26 de Agosto⁵.

³ O próprio *Diário de Notícias* de 3 de Maio de 1931 dá uma ideia da dimensão dos acontecimentos ao descrever a participação na greve de várias classes de trabalhadores:

O Primeiro de Maio foi comemorado em Lisboa por muitos operários. Os *chauffeurs* de praça abandonaram o trabalho, não havendo portanto serviço de táxis. Numerosos operários de oficinas e da construção civil e metalúrgicos também não trabalharam.

Referindo-se à manifestação, fala da presença de «muitos milhares de pessoas, especialmente elementos do operariado». O mesmo órgão conservador dá notícia da manifestação no Porto (onde foi também reprimida pela cavalaria e a tiro, ficando feridas 17 pessoas) e de outras, mais ou menos pacíficas, em Braga, Viana do Castelo, Cartaxo, Óbidos, Almada, Tortosendo e Faro. É difícil determinar em que medida o Partido influiu na preparação e realização destas manifestações, embora, de modo geral, ele reivindicasse essa iniciativa. Uma circular com data de 20 de Abril de 1931, emanada do secretariado do comité executivo e dirigida «a toda a organização do continente», anuncia a preparação da jornada de 1.º de Maio, «contra a Fome que invade numa forma assustadora os lares proletários», e conclui:

O secretariado político do PCP deliberou colocar como palavras de ordem imediatas de toda a organização a paralisação geral nesse dia, que será aproveitado para provocar o maior número possível de demonstrações de carácter revolucionário de massa, de classe contra classe [...]

⁴ Cf. o artigo «Dia 25 de Fevereiro, jornada internacional contra o desemprego», in *Avante!*, n.º 2, de 8 de Março de 1931, em que se procede a uma análise crítica dos acontecimentos, concluindo que eles demonstram simultaneamente a justeza da linha política, fundada no pressuposto da radicalização dos trabalhadores, que de facto saíram à rua; e a fraqueza organizativa, traduzida em incapacidade de assegurar a realização da manifestação apesar do aparato repressivo. O artigo procura tirar lições para a preparação do 1.º de Maio, preconizando desde logo a constituição de brigadas de choque e grupos de autodefesa.

⁵ Encontram-se referências à preparação desta Jornada Internacional da Juventude na acta da reunião do secretariado do Partido de 4 de Agosto de 1931; na carta de «René» (Bernard Freund), em nome do Secretariado da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas, para «cher Jules», que constituía a ligação em Paris com a Internacional Comunista Juvenil, de 19 de Agosto; e ainda em novas cartas de «René» para «Jules», de 27 de Agosto e 6 de Setembro.

A acta de 4 de Agosto diz que foi recebido um ofício da FJC «em que pede o auxílio do PCP, moral e material, para a comemoração do Dia Internacional Juvenil». O ofício terá tido «grande discussão, em virtude de se considerar o Partido com poucas possibilidades, no momento actual, de prestar aqueles auxílios», resolvendo-se entretanto fazer propaganda do significado da jornada. A primeira carta para «Jules» diz que a preparação da JIJ se encontra no centro das atenções da Federação, «apesar da passividade absoluta da parte do Partido» (sublinhados no original). As duas últimas cartas explicam as razões por que a revolta de 26 de Agosto, conduzindo a uma situação prática de estado de sítio, tornou impossível a manifestação projectada, apesar dos preparativos já feitos, no plano da propaganda e não só — «algumas brigadas de autodefesa estavam mesmo formadas e o

Aspecto importante desta agitação de massas reside na utilização da violência armada. Deste ponto de vista, o 1.º de Maio é considerado um êxito pleno, ao passo que justamente a sua falta teria sido a principal deficiência do 25 de Fevereiro⁶. Segundo um então dirigente do Partido e participante activo nos acontecimentos, defensor e praticante do método, tratava-se de «uma ideia copiada do Partido francês, de que estávamos tão próximos na literatura»⁷. É este um dos aspectos da acção do Partido que, em *Duas Palavras*, Bento Gonçalves (deportado entre 1930 e 1933, portanto sem responsabilidade na sua orientação desta época) apreciará de forma mais negativa, considerando-o típico da subsistência nas fileiras comunistas de uma mentalidade anarquista e putschista.

Um outro aspecto da prioridade da agitação traduz-se na multiplicidade e diversidade de publicações, jornais e panfletos editados pelo Partido e pela Federação das Juventudes, aliás com um enorme esforço de voluntarismo e activismo⁸. O já citado artigo do n.º 2 do *Avante!*, «Situação

plano de autodefesa contra o primeiro ataque policial elaborado e o material (bombas e alguns revólveres) preparados», como se escreve na última carta.

Esclareça-se que Bernard Freund («René») é um checo, nascido em 1907 ou 1908, vindo para Portugal em meados de 1929, onde se empregou como correspondente estrangeiro numa empresa comercial. Não sabemos se a sua vinda para Portugal foi em missão da Internacional Comunista (ou da ICJ), ou se só depois de aqui estar fixado é que estabeleceu contacto com os comunistas portugueses.

Em 1931, «René» pode considerar-se um dos principais responsáveis da FJCP, sendo ele quem a representa no secretariado do Partido. Preso em Janeiro de 1932, é expulso do País pouco depois.

B. Freund esteve em Portugal acompanhado da mulher, Wilma, também militante do PCP e expulsa do País ao mesmo tempo que ele.

A presença de militantes estrangeiros na direcção de partidos comunistas ou das suas organizações juvenis é um facto normal na época, de acordo com a ética e a legalidade da IC (1919-43), da qual os partidos nacionais não são senão secções. Este é mesmo um dos motivos fundadores e um dos títulos de orgulho do movimento comunista, em contraposição ao chauvinismo evidenciado pelos partidos sociais-democratas perante a primeira guerra mundial. Também no PCF, em relação com a rectificação de linha operada a partir de 1930, é criado em 1931 um «colégio de direcção» internacional, dirigido por Eugen Fried, por sinal também checo (cf. Philippe Robrieux, *Histoire Intérieure du Parti Communiste*, vol. I, ed. Fayard, p. 382).

⁶ Cf. «O 1.º de Maio em Lisboa», in *Avante!*, n.º 5, de 6 de Junho de 1931.

⁷ Testemunho oral, em 3 de Novembro de 1980, de Manuel Alpedrinha.

Pode encontrar-se uma descrição interessante da mentalidade e das práticas dominantes no PCF desta época no livro recente, que acima citámos, de Robrieux, cap. VI, pp. 311 e segs., sobretudo pp. 339-345. Robrieux cita a sugestiva expressão de «ginástica revolucionária», então usada na Internacional para designar esta concepção e prática dum treino permanente no confronto de massas com a repressão, como o esforço que exigiam, é elucidativa uma carta de «René», em nome da «Entrava-se no partido da revolução para o dia seguinte, vivia-se no partido da revolução para o dia seguinte e 'o Partido' cada dia mais tinha de actuar como se se preparasse para a revolução francesa, a revolução mundial», escreve Robrieux a p. 345.

⁸ Sobre as precárias condições técnicas de realização destas publicações, bem como do esforço que exigiam, é elucidativa uma carta de «René», em nome da FJCP, escrita em alemão e endereçada à ligação com a ICJ em Berlim, de 30 de Dezembro de 1931:

[...] Seguem hoje 2 números [do *Jovem*, n.º 13] como impressos para a editora [a Verlag der Jugendinternationale, em Berlim, que servia de centro para as ligações da ICJ com as secções nacionais]. Dele foram tirados 2000 números de 10 páginas, À MÃO, NUMA MÁQUINA «GREIF»; trabalhamos oito dias a 11 horas por dia, e isto simplesmente porque não temos dinheiro

e tarefas do nosso Partido», considera que o órgão central não pode ter mais que uma função de coordenação política, cabendo aos organismos periféricos editarem as suas próprias publicações. Haveria ainda que generalizar «o sistema das folhas volantes, ainda que dactilografadas e destinadas sobretudo à análise bolchevista dos assuntos correntes de tal ou tal fábrica». E, de acordo com estas directivas, veremos efectivamente surgir vários órgãos regulares de células ou organizações periféricas, sobretudo da FJCP: é o caso do *Fateixa*, jornal dos jovens comunistas do Arsenal da Marinha, do *Prà Luta*, órgão da zona 1 da FJCP, ou do *Jovem Proletário* (jovens comunistas do Arsenal do Exército). Há, além disso, as publicações dos grupos sindicais que o Partido dirige, como *O Metalúrgico*, do Grupo de Defesa Sindical dos Metalúrgicos, ou o *Aprendiz Vermelho*, do Comité de Aprendizes do Arsenal da Marinha, e ainda as muito diversas «folhas», de publicação irregular, suscitadas por incidentes ou problemas ocasionais. Tendo muitas vezes apenas uma ou duas páginas, consagradas à denúncia de casos concretos de abusos patronais, das condições de trabalho, ou à descrição dos protestos operários, é notória nelas a tentativa de estabelecer uma ligação imediata entre os mais pequenos episódios da luta de classes e a formulação das palavras de ordem políticas, contra o capitalismo, pela defesa da URSS: a denúncia não serve tanto um objectivo de organização e mobilização com efeitos políticos precisos, quanto desempenha por si mesma uma função educativa e de «excitação» ao combate anticapitalista.

3. Qual a perspectiva política que, em termos de estratégia, orienta a actividade do Partido?

Um dos primeiros documentos que conhecemos da FJCP, intitulado *Federação da Juventude Comunista (Secção Portuguesa da Internacional Comunista da Juventude)* e que parece constituir a sua primeira apresentação pública como organização, responde a esta pergunta com meridiana clareza ao defini-la como vanguarda da juventude trabalhadora, que a organiza «em conjunto e nos mesmos objectivos do Partido Comunista, para combater a burguesia em todos os seus sectores, desde as mais reacçãoárias e declaradas ditaduras fascistas e militaristas até aos socialistas e anarco-sindicalistas, os nossos mais encarniçados inimigos e os mais sólidos apoios do capital». Quanto ao programa de transformações económico-sociais, trata-se de lutar «pela socialização de todos os meios de produção e de troca, pela transformação da propriedade privada em colectiva.» Do ponto de vista da estrutura política, a realização de tal programa apoiar-se-ia nos «soviets de operários, camponeses, soldados e marinheiros, como único caminho para a realização sucessiva do comunismo integral».

para comprar uma *Debeço* ou *Gestetner*. (A *Debeço* custa aqui 120 dólares americanos, as outras mais.) Mas também a *Greif* era emprestada por um consulado; tivemos de a devolver e não temos nada com que publicar os nossos próximos materiais [...] assim param as coisas por aqui; os velhos [isto é, o Partido, em contraposição aos jovens da FJCP] têm uma *Gestetner*, que, porém, de qualquer modo já trabalha cerca de 10 horas por dia, e não podem de forma nenhuma emprestar-no-la. Não poderíeis vós arranjar-nos um empréstimo especial para uma *Debeço*?

Noutra passagem da carta indicam-se as tiragens de algumas publicações: assim, do *Jovem*, n.º 10, foi feita uma tiragem de 600 exemplares, duma edição da letra da *Internacional* foram tirados 850, do manifesto para a JIJ, 1750.

Qualquer problemática numa definição de objectivos transitórios ou realização de alianças temporárias, com vista a obter estes ou aqueles ganhos políticos limitados, resulta, à luz deste manifesto, sem sentido. A política revolucionária esgota-se na proclamação dos objectivos próprios e na conquista, pela persuasão — que justamente a actividade de agitação deve operar —, da maioria operária para esses objectivos. Dentro da mesma linha de raciocínio se movem vários outros textos publicados no *Avante!*, como, por exemplo, no n.º 5, de Junho de 1931, o intitulado «O Partido Comunista perante a opinião pública. O terrorismo e a acção revolucionária». Começando por definir o PCP, em paralelo com as outras secções da IC, como «partido genuinamente de classe», conclui que não existe nem pode existir «a mais insignificante colaboração com qualquer outro partido político, o que daria lugar a uma degenerescência dos seus princípios puramente classistas e revolucionários». Demarcando-se das práticas de conspiração e opondo-lhes o esforço de organização do «exercício do trabalho», o Partido recusa o envolvimento nas lutas da burguesia republicana contra a Ditadura, e especifica:

O fascismo, para nós, não constitui um perigo superior a qualquer outro que parta da burguesia. A luta contra o fascismo não tem, para nós, diferença da luta contra a burguesia, de um modo geral. Se o fascismo não é mais do que um filho do capitalismo, combatendo-se este combate-se aquele, implicitamente. Representa o fascismo a alta burguesia, a reacção? Não nos interessa [...] A luta contra o fascismo, portanto, é a luta contra a burguesia, seja reaccionária ou liberal.

No que diz respeito à social-democracia, ela é considerada, coerentemente com as análises e resoluções da Internacional Comunista entre 1929 e 1933 (respectivamente, X e XIII Plenos do seu Comité Executivo), o obstáculo principal ao desenvolvimento do movimento revolucionário. Daqui a célebre designação de «social-fascismo», de que faz abundante uso o artigo do n.º 3 do *Avante!*, de 16 de Abril de 1931, intitulado «O Partido Comunista, único caminho rápido e seguro para a emancipação dos trabalhadores de Portugal». Este artigo vai, de resto, bem mais longe do que as mais radicais formulações da IC na desqualificação da social-democracia e, sob o lema «quem não é por nós é contra nós», apela à expulsão dos operários adeptos da social-democracia das organizações operárias («urge corrê-los a pontapé das tuas organizações»).

Nas análises da Internacional é entretanto constante, e essencial, a distinção entre a base e a cúpula sociais-democratas, embora, em dada fase, o conceito de base seja entendido de forma tão restritiva que os próprios responsáveis locais ou inferiores de partidos e sindicatos reformistas são englobados na concepção da fascização da social-democracia. De todo o modo, a concepção da IC continua a ser, neste período, a de realização da «frente única operária», a concretizar através da atracção dos operários socialistas ao ponto de vista revolucionário, separando-os dos seus chefes «sociais-fascistas».

Encontramos um exemplo desta questão em Portugal nas discussões havidas em torno de uma cisão na Liga da Mocidade Socialista, que dá origem à publicação no n.º 5 do *Avante!*, de 6 de Junho de 1931, de um texto, sob a epígrafe «Mais vale tarde do que nunca», intitulado «Os membros da Liga da Mocidade Socialista revoltam-se contra os seus

chefes reformistas». O assunto foi também analisado em reuniões dos secretariados do Partido e das Juventudes, entre Dezembro de 1931 e Janeiro de 1932. Quanto ao artigo do *Avante!*, ele procura analisar a questão no quadro do que considera ser uma tendência mundial que «se produz principalmente na Alemanha e, agora, na Espanha», como reflexo duma evolução das condições objectivas que impele as massas trabalhadoras para o comunismo. Como as organizações socialistas se mantêm «unicamente por determinação dos seus chefes», o artigo conclui apelando para que os membros da LMS levem às últimas consequências a oposição aos organismos dirigentes e «venham até ao comunismo».

4. Estas orientações políticas que vimos expressas nalguns textos da imprensa comunista portuguesa em 1931 dão-se como (e, dum ponto de vista literal, são) a tradução portuguesa da estratégia «classe contra classe» que entre o VI (1928) e o VII (1935) Congressos da IC orientou os destinos do movimento comunista internacional.

A análise e a crítica deste período da história da IC estão hoje amplamente feitas, pela historiografia das mais diversas inspirações políticas⁹. Tal estratégia fundava-se numa determinada análise da crise económica mundial e numa hipótese sobre as suas consequências, que via em perspectiva a polarização das sociedades burguesas entre uma minoria obrigada a recorrer a formas crescentes de exercício da violência para a manutenção do seu poder (o fascismo) e uma maioria proletária ou proletarizada impelida necessariamente para o comunismo.

Se, numa sociedade como a alemã, onde tal pensamento teve o seu lugar privilegiado de concepção e aplicação, o fracasso de tal estratégia se ficou a dever sobretudo ao facto de partir dum pressuposto falso sobre as possibilidades da «tradução» imediata dum processo económico-social ao nível político (isto é, ao facto de a maioria da classe operária alemã ter permanecido organizada no partido e nos sindicatos sociais-democratas), em Portugal, onde a influência da social-democracia no meio operário era muito limitada, o problema coloca-se de maneira diferente. Ele reside, antes do mais, no facto de o proletariado industrial constituir uma fracção mais pequena da população e muito mais heterogénea na sua própria composição material.

Neste aspecto, é interessante verificar que, se as declarações e manifestos do Partido insistem no carácter proletário da acção que desenvolve e repetem insistentemente o *slogan* «classe contra classe», na realidade verifica-se uma imbricação permanente entre as lutas operárias e as movimentações de diversos sectores pequeno-burgueses. A própria agitação do 1.º de Maio de 1931 é incompreensível se a isolarmos do ambiente político que nesse momento se vivia, caracterizado nomeadamente pelas repercussões da revolta da Madeira e pelas greves e lutas estudantis que, alguns dias antes, agitaram as Universidades de Lisboa e Porto e vários liceus de Lisboa¹⁰. Justamente sobre a questão da agitação estudantil,

⁹ Como resumo do assunto, pode consultar-se o texto da comunicação que fizemos em 1980 no Colóquio sobre o Fascismo realizado na Faculdade de Letras, intitulada «Da política 'classe contra classe' às origens da estratégia antifascista». As actas do Colóquio estão em curso de publicação nas edições Regra do Jogo.

¹⁰ O *Diário de Notícias* de 29 e 30 de Abril de 1931 contém amplas informações sobre estas lutas. A greve inicia-se a 24 na Faculdade de Medicina de Lisboa e no

encontra-se na correspondência da FJCP para a ICJ, em anexo a uma carta de «René» para Paris, de 20 de Dezembro de 1930, um interessante «Rapport sur la grève dans l'École commerciale Ferreira Borges». Os incidentes que neste relatório são descritos têm na sua origem muito pouca importância, sendo o ponto de partida constituído por um professor de francês «qui a l'habitude de traiter les jeunes d'une manière très grossière». Interessante é a descrição de como o conflito evoluiu rapidamente para a realização de reuniões no jardim da escola que são dispersas pela GNR, segundo o relato, «à coups de carabines». Realiza-se uma greve durante 4 dias, sendo o comité de greve dirigido por jovens comunistas; os confrontos entre grevistas e amarelos são também pitorescamente descritos — «résistance à couteau des 'jaunes' et attaques à couteau des grévistes contre les flics».

Segundo este relatório, a organização da FJCP não teria ainda estado em condições de assumir plenamente a condução dos acontecimentos, nomeadamente no sentido de estender a greve a outras escolas, mas o movimento teria sido ocasião de iniciar a implantação generalizada no meio estudantil e a coordenação entre as várias células. E o relatório termina por estas conclusões:

De resto, em quase todas as escolas, não só as industriais (juventude operária), mas também nas escolas comerciais, frequentadas sobretudo pelos filhos da pequena-burguesia, nota-se uma certa radicalização, que se exprime: por um forte ódio contra a ditadura de Carmona, republicanismo radical, simpatia pela URSS e pelo movimento operário, interesse pelo marxismo-leninismo, etc. É entre esta juventude que os «Amigos da URSS», organizados agora pela nossa Federação, começam a trabalhar.

Ainda através de uma carta da FJCP para a ICJ em Paris, subscrita por «René» e com data de 11 de Janeiro de 1931, temos conhecimento duma iniciativa da comissão escolar da FJCP no sentido de constituir uma Federação Única de Estudantes, em Lisboa, em bases legais e tendente a englobar «todas as escolas industriais, liceus, comerciais, univer-

dia seguinte comparece a GNR a cavalo para garantir a entrada dos fura-greves. De dentro da escola, após se haver içado uma bandeira vermelha, levantam-se «gritos subversivos de abaixo a Ditadura e vivas à revolução social e Rússia Soviética». Nesse momento, a Polícia exige que o director da Faculdade, Egas Moniz, mande abrir os portões e, perante a recusa deste, «entrou no edifício, distribuindo algumas pranchadas».

Nos dias seguintes, a greve estendeu-se à maior parte das Faculdades e a vários liceus de Lisboa, bem como à Universidade do Porto. Aqui é também hasteada uma bandeira vermelha no Instituto Superior de Comércio. A intervenção policial vem a ocasionar a queda de um varandim, provocando vários feridos e a morte dum estudante.

O *Diário de Notícias* publica também, a 3 de Maio, com a indicação de ter sido transmitido à imprensa pelo Ministério da Instrução, um manifesto subscrito por uma «Fracção Académica do PC e das JCP e União dos Núcleos Académicos Simpatizantes do Comunismo e da União Soviética», sobre cuja autenticidade há que pôr reservas, já que não temos nenhuma outra indicação da existência de tal «Fracção» ou de tais «Núcleos». Desenvolve-se nele uma violenta crítica aos estudantes republicanos e conclui-se apelando à instauração da «União das Repúblicas dos Sovietes Ibéricos». De passagem afirma-se que «presentemente, dentro da Academia, somos a única força organizada».

sidades», mas ignoramos se tal iniciativa teve alguma concretização prática ¹¹.

Nas *Duas Palavras*, Bento Gonçalves referirá num curto capítulo as mudanças que neste período ocorrem no meio estudantil, relacionando-as com o processo de reorganização do Partido: «O desejo de derrubamento da ditadura, claramente expresso na maioria do povo português, e a questão do 'revirinho', na ordem do dia, arrastaram os estudantes para um novo reagrupamento», escreve, citando a propósito os jornais *Liberdade* e *Igualdade* como sintomáticos das novas tendências que se exprimiam entre os estudantes ¹². Sabemos que pelo menos um dos membros do secretariado do Partido entre 1930 e 1932, Manuel Alpedrinha, esteve ligado à fundação, em 1927, do *Liberdade*.

A extensão da influência e organização do Partido Comunista surge-nos assim como parte integrante de um processo mais vasto e ideologicamente muito heteróclito, no qual a radicalização da pequena burguesia é uma componente essencial. A conclusão do relatório atrás citado é, nesse aspecto, lapidar: o republicanismo radical coabita com a simpatia pela URSS e o ódio à ditadura de Carmona é um passo no caminho para o movimento operário e o marxismo-leninismo ¹³.

Um outro aspecto desta inserção do Partido no processo de radicalização da pequena burguesia intelectual reside na constituição dum Núcleo dos Trabalhadores Intelectuais ou Núcleo dos Intelectuais Simpatizantes, a que pertenceram, entre outros, Bento Jesus Caraça e José Rodrigues Miguéis ¹⁴. Curiosamente, também Manuel Ribeiro, nesta fase já posterior à sua conversão ao catolicismo, entra em contacto com o Partido no sentido da sua integração no Núcleo ¹⁵. Havia, aliás, a intenção de legalizar esta iniciativa e, segundo a acta duma reunião do NTI de 10 de Dezembro

¹¹ Nesta carta pedem-se nomeadamente instruções sobre as bases e o critério de organização a seguir, citando-se o exemplo da Espanha como modelo possível.

¹² *Duas Palavras*, in *Bento Gonçalves*, ed. Opinião, p. 155.

¹³ Através das actas do secretariado do Partido, temos indicação sobre os esforços de organização da Academia feitos nos meses seguintes. Na reunião de 12 de Outubro de 1931, «Vitor Sérgio [isto é, Velez Grilo] dá conta dos trabalhos realizados para a organização dos estudantes em Lisboa e Porto». Na reunião de 21 de Dezembro, «Sérgio» relata o que se tem feito na Academia, verificando-se que é só na Agronomia e no Técnico que há um esboço de organização». Estabelece-se nesta altura uma certa polémica entre «Sérgio» e RM (isto é, «Raul Marques», pseudónimo de José de Sousa), que critica o primeiro por não ter ainda sido publicado o jornal que estava previsto, sendo «passados uns poucos de meses sem se fazer nada». Na reunião de 9 de Janeiro de 1932, «Sérgio» relata a constituição duma comissão central com ligações em todas as escolas superiores e apresenta um programa de actividade na Academia, que é vivamente criticado como idêntico ao «programa burguês». É ainda nesta reunião que, pela primeira vez, José de Sousa apresenta a proposta de organização dos Grupos de Defesa Académica, que efectivamente virão a ser constituídos e a alcançar nos anos seguintes certa influência.

¹⁴ Testemunho oral de Manuel Alpedrinha, em 3 de Novembro de 1980

¹⁵ Manuel Alpedrinha refere que «Manuel Ribeiro é-me apresentado aí por volta de 1930, como elemento que tinha regressado à simpatia comunista». Refere-se ainda provavelmente a Manuel Ribeiro a indicação, numa acta do Núcleo dos Intelectuais Simpatizantes, de que «o camarada 'José Beirão' comunica que o secretariado do PC oficiou ao camarada MR no sentido de definir a sua atitude perante o Núcleo». E a anotação à margem diz: «Estranhou-se a sua ausência e resolvido aguardar uma resposta urgente.» Na reunião do NIS de 17 de Dezembro, «o camarada 'José Beirão' comunica que foi procurado pelo camarada MR, que o informou da sua ausência às sessões anteriores e do seu desejo de dar em breve uma explicação sobre a sua conduta política».

de 1931, chegou a ser feita entrega no Governo Civil de Lisboa do projecto de estatutos dum Grémio dos Trabalhadores Intelectuais.

5. «*Chassez le naturel, il revient au galop.*» A história das relações do PCP com a pequena burguesia e as diversas variedades da ideologia, do comportamento e das mentalidades pequeno-burguesas, na sua expressão política, parece, neste ano de 1931, uma ilustração viva e completa da célebre máxima.

Tivemos já ocasião de referir como, na sua definição programática, o Partido repudia quaisquer contactos com sectores da burguesia republicana e faz questão de afirmar que os seus objectivos revolucionários de classe só podem ser perseguidos numa total independência de acção, incompatível com quaisquer acordos ou compromissos com outras forças políticas. Burguesia republicana e reacção fascista são, de resto, encaradas como inimigas equivalentes, diferentes só nos métodos com que combatem um movimento proletário cuja vitória está assegurada, porque inscrita nas próprias leis de desenvolvimento da crise capitalista — movimento que prosseguirá, portanto, «mesmo dentro do ambiente do fascismo mais concentrado». Por outro lado, a experiência do movimento operário no período da I República mostrava como o apoio e a participação populares em diversas revoltas se tinham finalmente traduzido sempre pelo ludíbrio ou pela traição às reivindicações operárias. Nas *Duas Palavras*, Bento Gonçalves averbará justamente a separação relativamente à tradição putschista como um dos méritos da reorganização de 1929 e uma das aquisições históricas do Partido para o movimento operário português, criticando só o facto de ela não ter sido inteiramente alcançada ¹⁶.

Na realidade do seu comportamento, o Partido não pode porém abstrair do meio ambiente em que se insere e de que ele próprio colhe energias e filiados: um meio caracterizado pela insatisfação e pela revolta de camadas populares muito diversificadas, num contexto de radicalização da pequena burguesia, em que o comunismo e a imagem da URSS surgem como a atitude extrema e particularmente consequente, mas finalmente complementar, no quadro geral do ódio à Ditadura.

O problema das relações com o antifascismo «reviralista» irá colocar-se para o Partido de forma muito concreta perante os preparativos do golpe de 26 de Agosto de 1931. A questão é analisada na reunião de 24 de Agosto do Secretariado do Partido, em que se faz «um exame geral da atitude de alguns filiados participarem na conspiração burguesa». «Raul Marques» propõe, e é aparentemente aceite, enviar um ofício ao Comité Regional de Lisboa do Partido «lembrando-lhe que se deve evitar a participação de filiados nessa conspiração». A decisão parece ser, portanto, a acreditarmos na acta, e de acordo com os princípios doutrinários do Partido, a de rejeitar qualquer envolvimento na revolta. É interessante, entretanto, constatar que, na própria reunião do Secretariado, parecem exprimir-se opiniões mais nuanceadas:

«Aurélio» diz que a massa lança-se na luta na próxima revolução burguesa. «José Beirão» faz a mesma afirmação. O que seria conveniente era organizar as massas no sentido de canalizar a revolução no interesse das próprias massas.

Por outro lado, «René» refere a existência dum grupo ligado à conspiração «que diz agir em nome da ISV» (isto é, da Internacional Sindical Vermelha, a Internacional dos sindicatos de tendência comunista).

A recomendação proposta por José de Sousa não terá grande efeito prático, ou então o ofício para o Comité Regional não chegou a tempo, porque a revolta eclodiu logo na manhã de 26 de Agosto. Na noite de 25 para 26 é preso em casa o secretário do Comité Regional de Lisboa, e com ele apreendido todo o ficheiro da organização do Partido na região, o que possibilitará ulteriormente uma das primeiras grandes ofensivas de repressão policial; na mesma noite é presa cerca de uma dúzia de outros militantes. Na carta de «René» para «Jules» de 6 de Setembro de 1931 há ainda referência explícita à prisão, já no decurso da repressão à revolta, de «uns cinquenta simpatizantes [do Partido] que tentaram entrar no golpe militar». O conjunto dos presos, tanto republicanos como comunistas, foram deportados para Timor. Entre eles contava-se o estudante António Bandeira Cabrita («Leonardo») ¹⁷ — que não sabemos se era o secretário do CR de Lisboa —, um dos elementos mais activos desde os primeiros tempos da reorganização, que mais tarde morrerá em combate na Guerra de Espanha ¹⁸.

¹⁷ Alguns elementos de interesse sobre a personalidade de António Bandeira Cabrita podem encontrar-se no livro de Grácio Ribeiro *Deportados*, ed. do autor, 1972, principalmente a pp. 244-245.

¹⁸ Num manuscrito inédito de recordações políticas, escrito em 1945, o comunista Manuel dos Santos relata também a sua participação neste movimento e refere como, na Penitenciária de Lisboa, onde os presos são concentrados antes da deportação, se canta em massa *A Internacional* — o que é mais um índice da grande participação de militantes operários na revolta.

A própria vida de Manuel dos Santos, tal como nos é descrita neste interessante manuscrito, surge como exemplo dum tipo de mentalidade e de práticas largamente difundidas entre os jovens comunistas desta época (e a organização das Juventudes, tal como acontece então noutros partidos, como, por exemplo, o francês, tem tanta importância e implantação, pelo menos em Lisboa, como o Partido «adulto»), evidenciando, de novo, a continuidade entre activismo radical e passagem ao comunismo. Morador em Alcântara — um dos bairros populares de maior implantação comunista —, órfão de pai desde os 2 anos, filho de uma ex-costureira e tendo por padrasto um polícia, Manuel dos Santos vive o seu primeiro episódio de luta política aos 13 anos, nos combates de rua da revolução de 7 de Fevereiro de 1927, em que o padrasto participava entre as tropas rebeldes. Aos 15 anos, sendo aprendiz de marceneiro, toma contacto, na oficina, com as discussões políticas e começa a frequentar assiduamente as comemorações e manifestações que, com vários motivos, têm lugar. No funeral de Magalhães Lima, grão-mestre da Maçonaria, recebe o seu «baptismo de sangue». «Em breve era conhecidíssimo nos centros republicanos, nas associações estudantis e em muitos pontos onde se desenvolvia um notável ambiente refractário à Ditadura», escreve. Depois sucede-se a participação ou iniciativa de múltiplas manifestações de rua, em geral dirigidas contra os nacionais-sindicalistas, a participação em comícios republicanos, onde fazia ouvir gritos mais radicais de «Viva a Rússia Vermelha» e «Viva o comunismo», ou ainda em sessões nacionalistas para provocar a desordem. Numa das manifestações de 5 de Outubro, após uma cena de «forte pancadaria» entre os manifestantes e os filiados da Liga 28 de Maio, a multidão marcha na Avenida:

[...] uma imensa multidão, febril, compacta, a rodear uma bandeira rubra, flamante, a gritar ao povo de Lisboa, aos trabalhadores, a sua nova luta. Sou eu que a levo nos braços.[...] A multidão delira: «Viva a U.R.S.S.! Viva Stalin! Viva a Internacional Comunista!»

Em fins de 1929, Manuel dos Santos entra em contacto com um tipógrafo que «arrostava com todos os vícios anarquistas, apesar de comunista e de compe-

Um outro aspecto da sobrevivência das tradições putschistas e anarquistas nas fileiras do Partido é a questão do terrorismo. São insistentes e repetidas na imprensa do Partido as críticas e condenações dos métodos terroristas, as explicações doutrinárias sobre a sua incompatibilidade com a concepção comunista de organização e condução da luta de classes. Nomeadamente o artigo «O Partido Comunista perante a opinião pública. O terrorismo e a acção revolucionária» (*Avante!*, n.º 5) desenvolve a ideia de uma ligação íntima entre o terrorismo e a prática conspirativa, ambos próprios da acção de grupos minoritários disputando entre si as vantagens do poder, nesse sentido essencialmente burgueses e opostos ao acesso de massa, à luta política, das classes exploradas. No artigo «Bolchevismo e terrorismo» (*Avante!*, n.º 6) opera-se uma idêntica contraposição («O bolchevismo e o terrorismo são duas coisas diametralmente opostas»), ao mesmo tempo que se reconhece que o carácter da acção do Partido nesta fase transporta em si o risco permanente do desvio terrorista, que, por isso mesmo, há que combater com particular energia («A intervenção parlamentar, por exemplo, roça o reformismo. A intervenção de rua roça o terrorismo»).

Ambos estes artigos têm como motivação próxima o episódio ocorrido a 17 de Maio, no final de uma manifestação de estudantes nacionalistas de Coimbra vindos a Lisboa a uma sessão de apoio ao Governo realizada

tácticas e métodos de luta, antagónicos com tudo o que até ali era considerado clássico», conforme escreve o Manuel dos Santos de 1945. É esse tipógrafo que o convida para fazer parte das Juventudes Comunistas, então em vias de reorganização, e Manuel dos Santos é rapidamente integrado numa «brigada de choques». Das acções que então organiza ou de que toma parte dá-nos também um quadro muito vivo:

[...] manifestações de rua, lutas escolares, agitação nas oficinas, greves parciais, lutas contra os filiados da Liga «28 de Maio»; luta contra os arruaceiros «legionários da Pátria» e assalto à sede destes energúmenos; lutas e choques contra os agrupamentos fascistas de Rolão Preto, os nacionais-sindicalistas; lutas contra os «vanguardistas». Manifestações monstros à armada inglesa no Tejo; manifestações formidáveis à implantação da República Espanhola e subsequentes acções de apoio aos democratas espanhóis. Manifestações contra a guerra e o fascismo; protestos em massa às embaixadas estrangeiras de solidariedade à China; enfim, tudo o que servisse de pretexto de hostilidade à Ditadura, como as manifestações contra o envio do corpo expedicionário para o combate ao revolucionários da Madeira, na altura em que estes desfilavam nas ruas da Baixa [...] animámos tudo, enfim, que fosse progressivo, que atacasse a Ditadura e a hostilizasse de qualquer maneira.

Feito prisioneiro, como referimos, no 26 de Agosto de 1931, M. dos Santos é de novo preso, já como responsável da FJCP, entre 1 de Setembro e 1 de Dezembro de 1932.

Nos princípios de 1933 é Manuel dos Santos quem dirige o comício-relâmpago de protesto contra o despedimento de operários camarários frente às Oficinas Gerais da Câmara Municipal, em Alcântara. Perseguido nos dias seguintes, é capturado na rua, no decorrer duma reunião de célula da FJCP. Tentando resistir, vê-se forçado a abater um dos captores, o que lhe valerá uma longa pena de prisão, que cumprirá até 1945. Morre, de tuberculose, em 1949.

Este comício-relâmpago de 1933 constitui de certo modo o canto do cisne, não só da vida de agitador de M. dos Santos, como de toda uma fase da história do Partido. Com efeito, o *Avante!* de Janeiro de 1933 aponta já novas orientações estratégicas e políticas e fala mesmo duma «viragem completa». E é de Fevereiro de 1933 o regresso da deportação de Bento Gonçalves, cuja acção à cabeça do Partido se vai caracterizar justamente pelo combate decidido à tradição de acção individualista.

no Coliseu, em que são lançadas algumas bombas sobre os manifestantes, fazendo alguns feridos ¹⁹.

O problema colocar-se-á de novo, e de forma mais grave, em 1932, quando, a 24 de Abril, um grupo numeroso de filiados ensaiavam em Monsanto a utilização de bombas, para serem aplicadas na manifestação do 1.º de Maio seguinte. A serra é cercada pela Polícia e a maior parte do grupo preso, o que estará na origem de uma nova onda de repressão brutal e generalizada, que nesse ano praticamente desmantelará o aparelho do Partido ²⁰.

Nem por isso a «tentação terrorista» ficará expurgada do corpo dos militantes comunistas. Encontram-se na imprensa referências aos «atentados terroristas contra os lacaios secundários e substituíveis da informação, como muitos camaradas alvitram, e cujos desejos chocam com a nossa persistência organizadora» ²¹, ou ao «terrorismo entre nós, como o pretende executar uma parte bastante numerosa dos camaradas, a quem dificilmente temos reprimido os desejos» ²². É sabido, por outro lado, como, na análise de Bento Gonçalves, o fracasso do movimento de 18 de Janeiro de 1934 se deveu em grande parte à subsistência desta mentalidade, não só entre os anarquistas, como nas próprias fileiras do Partido.

6. Profundamente abalado pelas sucessivas vagas de repressão e pela evolução política do ano de 1932 — nomeadamente com a prisão de «René» e outros membros da direcção do Partido e das Juventudes logo em Janeiro, depois com o desarticular, pela Polícia, da agitação prevista para 29 de Fevereiro (Dia Internacional dos Desempregados), com as consequências do caso de Monsanto e finalmente com a repressão à agitação de 4 de Setembro comemorativa do Dia Internacional da Juventude —, o Partido atravessa uma grave crise que se traduzirá, por exemplo, na prolongada suspensão do *Avante!* Mesmo antes do seu reaparecimento, em Janeiro de 1933 (n.º 9), logo desde meados de 1932 a imprensa do Partido e das Juventudes nos apresentam alguns elementos novos, sintomáticos duma tentativa de resposta aos avanços do processo de

¹⁹ Este caso dará origem a diversas prisões, e ulteriores deportações, entre elas a de um militante membro do Comité Regional de Lisboa do PCP, Grácio Ribeiro. Este é de imediato expulso do Partido, ao mesmo tempo que o *Avante!* de 6 de Junho de 1931 (p. 7: «O Partido Comunista perante a opinião pública») expressa a posição antiterrorista do PCP. Na citada obra *Deportados*, Grácio Ribeiro procurará, em 1972, justificar o seu comportamento, atribuindo a responsabilidade dos acontecimentos às decisões de outros militantes (cf. nomeadamente p. 85).

²⁰ É a este episódio que Bento Gonçalves se refere quando, nas *Duas Palavras* (p. 145), ao defender a estratégia de «politização crescente das lutas económicas» que era a do Partido e da IC, acrescenta:

O que é preciso distinguir é entre a politização proposta pelos próprios factos e as acções que, afinal de contas, nada tinham a ver com o conteúdo da politização leninista, tais como Monsanto, comícios-relâmpago, dir-se-ia realizados para a experiência de pistolas, detonação de bombas por ocasião do 1.º de Maio, etc. Pelo contrário, tais factos eram a expressão da própria incompetência de muitos dos membros do Partido para abordar as massas no terreno da politização.

²¹ In *Frente Vermelha*, n.º 1, de Outubro de 1932, p. 2.

²² «Terrorismo? Não. Luta de massas», in *O Jovem*, n.º 20, de Março de 1933, p. 2. É um dos raros artigos assinados (neste caso por «Pavel», pseudónimo de Francisco Paula de Oliveira).

fascização. Logo o n.º 19 d'O *Jovem*, de Julho de 1932, ao mesmo tempo que exprime a concepção, típica da política «classe contra classe», segundo a qual o fascismo é a forma própria e necessária do Estado capitalista na fase da crise geral do sistema, destaca-se por uma muito maior atenção à denúncia das características especificamente fascistas da política governamental, nomeadamente na acção da polícia política (editorial «Contra um regime de fome, de terror e de opressão» e artigo «O terror branco»). Uma curta nota, «O fascismo e a morte do Manel» (a propósito das afirmações de Salazar a seguir à morte de D. Manuel II), põe mesmo o problema da ligação entre o fascismo e as tentativas de restauração da Monarquia, «um regime odioso e retrógrado, bem mais abominável ainda do que aquele que actualmente sofremos», abandonando assim já parcialmente a indiferença soberana que um ano antes se exprimia ainda relativamente a todas as formas de dominação burguesa. Significativo é ainda, nesse mesmo número, o destaque dado às reivindicações e movimentos camponeses, relacionados com a crise da agricultura, aos quais se dedica uma inteira página, com notícias desenvolvidas das lutas em várias localidades do País.

Procurando superar as dificuldades de edição do *Avante!* e d'O *Jovem*, são publicados em Outubro e Novembro de 1932 dois números dum órgão conjunto do PCP e da FJCP, intitulado *Frente Vermelha*. O editorial do n.º 1 (de Outubro de 1932, p. 2) contém interessantes observações sobre a prática de agitação até então predominante e, ao mesmo tempo que reivindica os seus méritos, indica a necessidade de passar a uma fase nova da acção política²⁸, em que é decisiva a capacidade de organização e estruturação dos movimentos de classe. E a perspectiva que nesse caminho se aponta é a da organização dum movimento de greve nacional, através do desenvolvimento organizado «da luta por reivindicações económicas e políticas e contra a maldita repressão em que vivemos». Idêntico realismo caracteriza as indicações que no n.º 2 se propõem ao movimento estudantil:

Ao messianismo dos liberais burgueses os nossos camaradas devem opor a tática da luta de massas em volta de reivindicações que interessem os estudantes e capazes de os mobilizarem a 100 %.

O *Avante!*, ressurgido em Janeiro de 1933 (n.º 9), distingue-se desde logo pelo subtítulo do artigo de primeira página — «A resposta do P. C. P. aos decretos inquisitoriais de amnistia da ditadura fascista» —, agora endereçado «às massas trabalhadoras, oprimidas e exploradas do proletariado e da pequena burguesia» (sublinhado nosso). As inovações analíticas e programáticas no corpo do artigo são profundas. Numa perspectiva que parece inspirar-se no Lenine das *Duas Tácticas da Social-Democracia*, considera-se que «Portugal não completou ainda a sua revolução democrático-burguesa. Não poderá realizá-la sem a pressão das massas operárias e

²⁸ «Denunciar as manobras da burguesia, estimular nos operários esta chama constante de ódio contra o actual regime, difundir e esclarecer os problemas fundamentais da Revolução, baixar à rua a espalhar a agitação, é já, quando um organismo se vê rodeado de inimigos de toda a ordem, um trabalho importante, contudo não é suficiente.

«A propaganda escrita é muito importante e a agitação é absolutamente necessária, desde que consideremos estes factores como preliminares dum trabalho de mais considerável proficuidade e inteiramente objectivo: o movimento colectivo da massa.»

camponesas». E é já o caminho da luta antifascista, centrada na exigência das liberdades políticas («Exigimos o direito à greve, à liberdade de organização sindical e política, de reunião, imprensa e propaganda — para todos sem distinção!»), que é indicado como fundamento político da aliança do proletariado com a pequena burguesia. No mesmo número, o artigo «O proletariado e a revolução» fala ainda mais explicitamente numa «viragem total na luta do proletariado em prol das suas reivindicações finais, obrigando-se a aceitar, pela força das circunstâncias, uma frente única de luta revolucionária com as camadas liberais pequeno-burguesas contra a Ditadura Militar e fascista». O mesmo texto desenvolve uma caracterização precisa dos aspectos fascistas do Estado Novo, tal como resultam da nova Constituição que então se anuncia, apontando justamente como tarefa central do bloco revolucionário «lutar contra todos os processos de fascização do Estado».

Com o regresso de Bento Gonçalves da deportação, em Fevereiro de 1933, intensificar-se-á o esforço de aprofundamento e divulgação da nova linha política, com uma atenção muito mais concreta às relações de classe na sociedade portuguesa, à evolução dos acontecimentos políticos, na base de uma apreensão rigorosa dos conceitos leninistas (que se exprime em textos como os do *Boletim do Secretariado e da Comorg* de Agosto de 1933, ou as *Respostas do Secretariado Político ao Questionário do Comité Local de Coimbra*).

Não só do ponto de vista duma definição mais realista dos objectivos estratégicos se distingue o trabalho do Partido nesta fase, mas também na medida em que antepõe sistematicamente o trabalho de organização de massa ao da mera agitação, ou, antes, vê esta simplesmente como um meio daquela. E, neste aspecto, as preocupações fundamentais que já nestes textos se vêem expressas são essencialmente as mesmas que constituem o fio condutor das *Dois Palavras*, a saber: levar o movimento operário português à superação da sua debilidade histórica fundamental, a falta de uma articulação orgânica entre projectos ideais e organização de massa, que o coloca numa posição subalterna, instrumentalizável quer pelo bloco dominante quer pelas iniciativas elitárias de grupos putschistas.

Além de se definir uma estratégia de implantação da organização partidária, apontam-se também as possíveis estruturas de direcção de massa no trabalho de frente única (comités de fábrica, das explorações agrícolas e dos camponeses pobres), bem como as de ligação com a luta política (comités de luta antifascista).

7. Se confrontarmos o conjunto destas indicações resultantes da imprensa e dos documentos do Partido com o conteúdo das teses e resoluções aprovadas em Julho de 1932 no XII Pleno do Comité Executivo da Internacional Comunista, não é difícil verificar uma profunda afinidade de motivações e palavras de ordem.

1932 é de modo generalizado, na Europa, um ano de aprofundamento das lutas de classes económicas e políticas, que reflecte aliás muito directamente o facto de as consequências da crise de 1929 atingirem então, na maior parte dos países, o seu ponto mais baixo.

O agravamento da crise reflecte-se ao nível político numa marcada polarização das forças de classe, traduzida no avanço simultâneo dos partidos fascistas e comunistas. Avanço simultâneo, mas não equivalente, nomeadamente na Alemanha, que continua sendo o centro das atenções

do movimento operário; ao passo que Hitler alcança nas eleições presidenciais de Março de 1932 mais de 30 % dos votos e o NSDAP se torna nas eleições de Julho do mesmo ano o maior partido do país, com 13,8 milhões de sufrágios, o PCA conta então com 5,4.

Continuando embora a mover-se dentro do mesmo quadro de concepções da política «classe contra classe», a IC é forçada pelos próprios acontecimentos a conceder uma atenção muito mais destacada ao fenómeno fascista. Tem importância, neste aspecto, a realização do Congresso de Amsterdam contra a Guerra e o Fascismo, promovida por iniciativa de intelectuais como Romain Rolland e Barbusse, em cuja concretização nomeadamente o PCF teve um papel de destaque. Sentido idêntico tem na Alemanha o lançamento pelo PCA do movimento unitário da Antifaschistische Aktion ²⁴.

O XII Pleno do CEIC, que em Agosto-Setembro se reúne em Moscovo, reflecte esta situação. Continuando a encarar como iminente a possibilidade de eclosão da crise revolucionária numa série de países, cuja condução só poderia ser assegurada na medida em que os partidos comunistas concretizassem a conquista da maioria operária para as suas posições, a reunião vai essencialmente ocupar-se dos meios de assegurar essa conquista. As resoluções acentuam a necessidade de a cada passo organizar a luta por reivindicações concretas limitadas, em primeiro lugar reivindicações económicas dirigidas contra a tendência a lançar as consequências da crise sobre os trabalhadores, e, nessa base, procurar ligar a acção de camadas diversas da população, nomeadamente dos trabalhadores empregados e desempregados. Com esta luta haveria, por seu turno, que articular algumas reivindicações políticas mínimas, centradas sobretudo na luta antifascista.

No plano dos métodos de organização, o Pleno acentua a questão da «Democracia proletária» (por exemplo, na eleição de comités de greve) e a necessidade de, para além do reforço das minorias sindicais revolucionárias, intensificar o trabalho adentro dos sindicatos reformistas onde a maioria operária efectivamente se encontra. Para a concretização desta «viragem fundamental do trabalho de massas dos partidos comunistas» ²⁵, a que as resoluções se referem, considera-se necessária a superação das tendências sectárias existentes em vários partidos. Uma remodelação com esse intuito ocorrera já desde 1930 no PCF, com o afastamento dos «jovens» do grupo Barbé-Célor, e dá-se agora também no PCA, com o afastamento de Neumann e Remmele, e no PC de Espanha, com a expulsão da direcção Adam-Trilla-Bullejos.

8. Uma análise concreta das relações dialécticas entre a «viragem» no PCP e a «viragem» na IC exigirá uma investigação profunda e, antes do mais, documental, para a qual faltam por enquanto as fontes. Pensamos entretanto que os elementos que sintetizámos são suficientes para verificar um paralelismo, que não há-de ser fortuito, entre a evolução política do PCP e a do movimento internacional. Em 1932, aliás, reforça-

²⁴ Cf. *Die Kommunistische Internationale. Kurzer historischer Abriss*, Dietz Verlag Berlin, 1970, pp. 379-397.

²⁵ Cf. *Die Kommunistische Internationale (Auswahl von Dokumenten und Reden vom VI. Weltkongress bis zur Auflösung der Kommunistischen Internationale)*, vol. II: 1928-43, Berlin, 1956, pp. 229-258.

ram-se as ligações orgânicas entre o partido português e a Internacional. Desde 1931 que um membro das Juventudes portuguesas frequentava a Escola Leninista de Moscovo²⁰ e lá permanece até finais de 1932. Por outro lado, o Partido estará representado na reunião do XII Pleno. Também no mesmo ano, no I Congresso Mundial do Socorro Vermelho Internacional, estará presente um delegado da secção portuguesa.

O caminho que custosa, mas claramente, se inicia é o que conduzirá à «grande viragem» do VII Congresso da IC, em 1935, e às políticas de frente popular. Este caminho será percorrido, como se sabe, de forma por vezes hesitante, frequentemente contraditória e com grandes desfazamentos de ritmo entre as diversas secções do movimento: é, por exemplo, mais rápido e franco em França que na Alemanha. Na base dalguns documentos já mencionados, é legítimo encarar o Partido Comunista Português justamente como um daqueles em que esse caminho é assumido de forma mais consequente, e ao facto não deve ser estranha a contribuição pessoal de Bento Gonçalves, se tivermos em consideração as afinidades entre textos como os da *Plataforma de Resolução sobre as Tarefas Imediatas de Organização*, de Agosto de 1933, ou da *Resposta ao Comité Local de Coimbra*, de Outubro, e as suas obras histórico-políticas mais elaboradas como *Palavras Necessárias* e sobretudo *Duas Palavras*.

A confirmação e possível desenvolvimento desta hipótese de uma certa originalidade da elaboração portuguesa da política de frente popular é tão relevante dum ponto de vista dos estudos de história política do movimento operário português como da consideração da própria história da Internacional Comunista, tão frequentemente encarada só do ponto de vista unilateral dos interesses de Estado da URSS nas relações internacionais.

²⁰ A questão do envio do aluno para a Escola Leninista é tratada na já referida correspondência de «René» para «Jules».